

Corrupção política e avaliação de governo: o caso da Lava Jato¹

Érica Anita Baptista²

Resumo: Os casos de corrupção têm ganhado visibilidade na mídia e influenciam a opinião pública, tornando-se importantes indicadores da percepção dos cidadãos sobre o tema. Neste artigo buscamos compreender como a cobertura midiática da corrupção afeta a percepção da corrupção e a opinião pública, nomeadamente a avaliação de governo. Concentramos o governo Dilma Rousseff no recorte referente ao escândalo da Lava Jato. Por meio de uma análise das revistas Carta Capital, Época, Isto É e Veja, de março de 2014 (início da Operação Lava Jato) à agosto de 2016 (*impeachment*) observamos as nuances da cobertura midiática em relação à visibilidade dos atores e instituições envolvidas no caso. Relacionamos os dados com pesquisas de opinião, considerando as questões referentes à percepção da corrupção, confiança nas instituições, notícias sobre o governo e economia.

Palavras-chave: Corrupção política. Escândalo político. Opinião pública. Lava Jato. Dilma Rousseff.

¹ Uma versão desse artigo foi apresentada ao 41º Encontro Anual da Anpocs, em 2017. Agradeço pelos tecidos nessa discussão, que contribuíram para aprimorar o trabalho.

² Jornalista e doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atualmente, pós-doutoranda no Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (EME-UFMG). Pesquisadora nos grupos Opinião Pública (UFMG) e no Centro de Investigação Media e Jornalismo (CIMJ - Lisboa)

Abstract: Corruption cases have gained visibility in the media and influence public opinion, becoming important indicators of citizens' perception of the issue. In this article we seek to understand how the media coverage of corruption affects the perception of corruption and public opinion, in particular the evaluation of government. We focused on the Dilma Rousseff government in the cut-off regarding the Car Wash scandal. Through an analysis of Carta Capital, Época, Isto É e Veja, from March 2014 (beginning of the Car Wash) to August 2016 (impeachment) we observed the nuances of media coverage in relation to the visibility of the actors and institutions involved in the case. We correlate the data with opinion polls, considering the issues of perception of corruption, trust in institutions, news about government and economy.

129

Keywords: Political corruption. Political scandal. Public opinion. Car wash. Dilma Rousseff.

Introdução

A corrupção é um dos fenômenos que atentam contra a qualidade dos serviços públicos afetando diretamente a qualidade de vida dos cidadãos. Ela também pode afetar a confiança dos cidadãos na representação política, erodindo dessa forma a legitimidade e conseqüente estabilidade do regime democrático (MOISÉS, 2010). Assumimos, aqui que a corrupção política pode ser entendida como o uso ilícito da autoridade e do abuso ao poder para benefício próprio em detrimento ao bem estar da sociedade.

Atualmente, o tema da corrupção se apresenta com crescente visibilidade nos meios de comunicação dos regimes políticos democráticos e o Brasil acompanha a tendência com a cobertura midiática recorrente dos casos de corrupção. E se admitimos como relevante a influência da mídia na opinião pública é plausível considerar que a circulação do tema da corrupção nos meios de comunicação pode ser um indicador que auxilia a compreender a percepção da corrupção. Deve-se ter em vista, ainda, que essa capacidade da mídia em participar da formação da opinião pública carrega em sua composição as estratégias midiáticas no tratamento dos conteúdos e no status de visibilidade que estes ganham: indústria midiática do escândalo.

A partir dos aspectos levantados acima e inseridos no projeto “Cobertura jornalística da corrupção política: uma perspectiva comparada”³, nossa proposta de trabalho é compreender como a cobertura midiática da corrupção afeta a percepção da corrupção e a opinião pública, nomeadamente a avaliação de governo. Concentramos no governo Dilma Rousseff o recorte referente ao escândalo da Lava Jato. Realizamos uma análise de conteúdo categorial das revistas Carta Capital, Época, Isto É e Veja, de março de 2014 (início da Operação Lava Jato) a agosto de 2016 (impeachment/golpe). Relacionamos os dados com pesquisas de opinião divulgadas no período considerando as questões sobre avaliação de governo, percepção da corrupção e confiança nas instituições.

³ A articulação entre os temas opinião pública, mídia e corrupção motivou a parceria entre a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o Centro de Investigação Media e Jornalismo (CIMJ) da Universidade Nova de Lisboa, a Universidade de Moçambique e outros centros de pesquisa no Brasil a convergirem esforços em um estudo comparativo da representação e percepção da corrupção na cobertura midiática, e as implicações na opinião pública e no comportamento político.

Corrupção e percepção

Consideramos uma explicação ampla da corrupção que trata do uso ilegal do poder ou da influência para enriquecer a si próprio ou obter algum tipo de benefício, contrariando as convenções legais ou leis em vigor. Mas convém dizer que não se tem um consenso teórico do que seria corrupção no pensamento político ocidental, em função dos aspectos sociais e da própria cultura política, além das questões jurídicas para que se conforme a corrupção em um limite conceitual aplicável a diferentes contextos.

Ainda que não se tenha esse acordo conceitual, são muitos os estudos que se dedicam a compreender a corrupção. Dentre as linhas investigativas, duas se destacam. Uma delas, a teoria da modernização, iniciou-se logo após a Segunda Guerra Mundial, no Estados Unidos, e se baseia nas estruturas organizacionais dos países industrializados para compreender a participação da corrupção nesse cenário. Assim, a tentativa é buscar as variáveis sociais que tiveram na mudança sua base para o desenvolvimento (HUNTINGTON, 1968). Outra vertente de estudos aproxima a ocorrência da corrupção ao interior dos setores públicos e privados, por meio de um favorecimento dos agentes públicos nos modos de suborno e propina (ROSE-ACKERMAN, 1999). A corrupção estaria relacionada a um comportamento conhecido como *rent-seeking*, no qual os agentes procuram maximizar seus lucros privados, independente se essa busca é realizada dentro ou fora regras estabelecidas de conduta. Essa linha de estudos tornou-se hegemônica a partir da década de 1990 e se aplica à nossa proposta de trabalho.

Quanto aos impactos da corrupção, as investigações priorizam o crescimento econômico e o desenvolvimento social, e também passam pela estabilidade política e confiança institucional (HUSTED, 1999; JAIN, 2001; JOHNSTON, 2001; LAMBSDORFFE, 2006; SELIGSON, 2002; TREISMAN, 2007; WARREN, 2004).

Como mencionamos, questões como a cultura política ou mesmo as leis podem dificultar em uma definição da corrupção. E torna-se igualmente difícil mensurar diretamente a corrupção, surgindo, assim, outros recursos como as medidas indiretas, sendo as mais comuns: a vitimização; a percepção; a tolerância e os dados de agências governamentais de controle da corrupção. A medida de percepção tem encontrado lugar nas agendas de pesquisa mais recentes.

É bom frisar a distinção entre “corrupção” e “percepção da corrupção”, sendo que a primeira nos diz da ocorrência do problema, ao passo que a segunda explica a sensação que as pessoas têm na interpretação do seu entorno (CASAS; ROJAS, 2008). A percepção da corrupção também é balizada por questões culturais, na medida em que depende de como a sociedade compreende as regras e do que considera como um desvio (MELGAR et al., 2010; BAPTISTA; FRAIHA, 2014). Esse limite talvez seja um dos principais questionamentos para a confiabilidade da medida de percepção, pois implica em considerar, invariavelmente, o contexto cultural, socioeconômico e institucional. No entanto, consideramos que, ainda sim, seja a medida mais indicada para o caso aqui discutido.

Partimos da suposição de que a mídia participa da formação da opinião pública, assim a percepção da corrupção tem no conteúdo midiático um forte condicionante de aumento ou redução de percepção. Ou seja, se a mídia noticia com recorrência sobre o tema da corrupção e os indivíduos estão muito expostos às mídias, mais eles tendem a perceber a corrupção na sociedade. Muitos autores consideram, ainda, que a mídia privilegia a ótica do escândalo: indústria midiática do escândalo (HEIDENHEIMER et al., 1999; THOMPSON, 2000).

No Brasil, a corrupção é um problema grave e que perpassa governos e acontecimentos históricos. Citamos casos emblemáticos como do ex-presidente Fernando Collor que culminou em *impeachment* em 1992 e o escândalo do Mensalão, cujo caso envolve acusações de compra de votos de parlamentares no Congresso Nacional – julgado em 2012. Recentemente, o caso investigado e de maior repercussão é a Operação Lava Jato, que é conduzida pela Polícia Federal, relativa a um esquema de corrupção que envolve a Petrobras. A magnitude e a importância do caso decorrem dos altos valores envolvidos, do tempo e, sobretudo, da natureza dos implicados, uma vez que percorre agentes públicos e privados. Este trabalho compreende os primeiros 19 meses da Operação Lava Jato e observa a repercussão na avaliação do governo Dilma Rousseff.

Agendamento midiático, opinião pública e escândalo

A mídia compila e hierarquiza os acontecimentos que devemos conhecer, de modo a nos situar no mundo. Os graus de influência dos meios de comunicação devem, porém, ser observados em função do tempo, ou seja, a maior ou menor possibilidade de influência da mídia pode variar de acordo com momentos mais ou menos críticos da sociedade (MCQUAIL, 1996). Em tempos de crise, a mídia parece ser mais influente, sejam crises políticas ou econômicas.

Podemos falar em um contrato de informação, firmado entre a instância produtora da notícia e a receptora, o público. Mas, de todo modo, a informação jornalística tem em seu alicerce as estratégias que, de modo implícito, demonstram seu posicionamento em relação aos fatos e, sobretudo, político, além de orientar o agendamento de temas e a interpretação da instância receptora. Dentre tais estratégias, pode-se destacar: o enquadramento; as estratégias enunciativas; e a orientação argumentativa de raciocínios. A mídia determina os mapas cognitivos que o público deve ter e a opinião pública responde não ao entorno, mas a um pseudoentorno que é criado pela mídia. Lippman (1965) sustenta que entre o entorno e os indivíduos está o pseudoentorno midiático, o qual estimula o seu comportamento.

Consideramos pertinente a este trabalho a ideia de agendamento. Para esta operação, a atuação da mídia se dá no momento em que ela oferece pistas sobre o que é relevante para o público, de modo que ele organize sua própria agenda e decida quais os temas são importantes e devem ocupar espaço no debate público. “Em um nível mais básico, a mídia desempenha uma função definição da agenda em que ela traz eventos a partir do ambiente invisível para a consciência dos cidadãos” (MOY, SCHEUFELE, 2004, p.26, tradução nossa)⁴.

Nosso pressuposto é de que a mídia pode influenciar a percepção da corrupção e, ainda, que a cobertura midiática trabalha a partir de uma série de estratégias que podem, entre outros, conferir visibilidade ao tema na agenda pública. Assim, sugerimos que a visibilidade e o tratamento do tema da corrupção nos meios de comunicação podem impactar a opinião pública. Em relação à percepção da corrupção e a mídia, diversos estudos têm se dedicado a essa temática e apontam para a crescente visibilidade dos casos de corrupção seja na imprensa ou na internet (BAPTISTA, 2015, 2017; CONTREIRAS, BAPTISTA, 2016; CUNHA, 2014; MESQUITA et al., 2014; NUNOMURA, 2012; TELLES et al., 2014).

Um acontecimento que rompe normas, códigos ou valores que regulam as relações pessoais, políticas, econômicas etc. pode ser considerado um escândalo, seja político, midiático ou sexual. (THOMPSON, 2002). Quando pensamos na corrupção como um escândalo, Chaia (2015) lembra que as práticas corruptas

⁴ “At the most basic level, the media serve an agenda-setting function in that they bring events from the unseen environment into citizen consciousness” (MOY, SCHEUFELE, 2004, p.26).

podem, eventualmente, se tornar um escândalo, no entanto, nem todo escândalo significa um ato de corrupção. A autora questiona “Quais as condições adicionais para que atividades corruptas se constituam em escândalos?” e comenta que “a corrupção precisa ser descoberta para se tornar escandalosa, pois, se as atividades de corrupção permanecerem escondidas dos outros, estarão protegidas de uma provável investigação pública” (CHAIA, 2015, p. 4). Outra observação que pode ser feita é que o escândalo e sua designação política são comumente e recorrentemente associados à figura política, e com menos frequência a eventos. Mas em alguns casos, como o que trazemos aqui para análise, há muitos atores e instituições implicados.

Sobre o alcance do escândalo, mais do que atrair audiência, como sugerem Aldé e Vasconcellos (2008), podem, também, ser um recurso com finalidades mais estratégicas. Os escândalos podem servir, por exemplo, para desmoralizar uma figura pública favorecendo, talvez, a imagem de outra.

O termo escândalo pode ter mais de uma direção interpretativa. Se por um lado ele pode ser observado como uma conduta desviante de uma norma, antes mesmo que cause a reprovação, por outro lado, também nos referimos ao escândalo pela reação social que a prática de uma conduta desviante causa. Assim, o escândalo tem tanto caminho da prática de um ato escandaloso, quanto o da reação, “[...] por exemplo, a expressão “o escândalo do financiamento ilegal dos partidos” pode ser utilizada para se referir tanto às práticas de financiamento ilegal como à indignação social que produz o conhecimento público de tais práticas” (SANCHEZ, 2014, p.5, tradução nossa)⁵. De toda forma, o que é comum a todas as visões é a carga negativa que o termo escândalo carrega e tudo o que a ele estiver associado.

São muitas as críticas a respeito do papel da mídia no trato das informações políticas, uma vez que é com frequência acusada de destacar apenas seus aspectos negativos. Considerando sua capacidade de influenciar a opinião pública, esse direcionamento negativo pode contribuir para o aumento da descrença na política (MESQUITA et al., 2014; PORTO, 2004). Por outro lado, muitos acreditam que, para o tema da corrupção por exemplo, uma cobertura que conferisse destaque aos

⁵ [...] por ejemplo, la expresión ‘el escándalo de la financiación ilegal de los partidos’ puede utilizarse para referirse tanto a las prácticas de la financiación ilegal como a la indignación social que produce el conocimiento público de tales prácticas” (SANCHEZ, 2014, p.5).

pontos negativos e de cunho denunciata fosse capaz de impactar no aumento da fiscalização, investigação e punição dos culpados.

Sondagens – como as realizadas pela SECOM, na Pesquisa Brasileira de Mídia – indicam que os cidadãos confiam nos meios de comunicação e os têm como principal fonte de informação. O que reforça a importância do tratamento dado às notícias e o modo como elas podem influenciar na opinião pública.

O escândalo que norteia a produção jornalística da corrupção, observado no Brasil e em outros países, é alimentado, entre outros aspectos, pela ênfase nos agentes envolvidos - normalmente, figuras muito conhecidas - o que ocasiona um déficit nas discussões mais profundas respeito da corrupção e de seus efeitos na sociedade (CONTREIRAS, BAPTISTA, 2015; MIGUEL, COUTINHO, 2007). Tais aspectos nos ajudam a compreender mais da representação da corrupção política no Brasil, marcada pelo privilégio ao escândalo, pelo viés denunciata e de atribuição de culpa. Nesse cenário competem tanto a busca por audiência da mídia quanto um aumento na observação da moral dos políticos, partindo de uma expectativa que sejam, em um primeiro momento, “virtuosos” associados a uma busca incessante de comportamentos reprováveis – o escândalo (TELLES et al., 2014).

O escândalo central ao nosso trabalho é a Operação Lava Jato que se trata de uma investigação conduzida no Brasil pela Polícia Federal relativa a um esquema de corrupção que envolve a Petrobras. A magnitude e a importância do caso decorrem dos altos valores envolvidos, do tempo e, sobretudo, da natureza dos implicados, uma vez que percorre agentes públicos e privados. O nome “Lava Jato” parte da utilização de uma rede de postos de combustíveis e lava a jato para mobilizar recursos ilegais desde 1997. Ainda que as investigações tenham avançado e surjam novas denominações a cada fase, “Lava Jato” permaneceu como o nome mais conhecido.

Em março de 2014, as investigações tiveram início a partir da Justiça Federal de Curitiba. Mais precisamente em 17 de março, a Polícia Federal (PF) deflagrou a Operação Lava Jato que, segundo explica a própria PF, seria uma junção de quatro operações que dizem respeito à corrupção e que apuravam a prática de crimes financeiros e o desvio de recursos públicos⁶. Inicialmente, quatro

⁶ As quatro operações foram nomeadas como: Dolce Vita, Bidone, Casablanca e Lava Jato.

organizações criminosas, lideradas por operadores do mercado paralelo de câmbio, conhecidos como doleiros, foram investigadas e processadas. O esquema envolve grandes empreiteiras que são acusadas de pagar propina a altos executivos da Petrobras, entre outros agentes públicos. O valor dessa transação variava entre 1% e 5% do total de contratos que eram superfaturados. Os operadores financeiros atuavam na distribuição do suborno.

Metodologia

Nosso principal interesse neste trabalho é observar as oscilações nas avaliações do governo Dilma em função da variável política escândalos. A partir da literatura e de outras pesquisas, entendemos que a percepção da corrupção pode ter na mídia uma de suas condicionantes e que os acontecimentos de corrupção são, em grande medida, tratados como escândalos nos meios de comunicação. No recorte temporal escolhido, entre 2014 e 2016, o caso de destaque foi a Operação Lava Jato que reúne as características necessárias para ser vista nas duas dimensões propostas por Sanchez (2011): como esse escândalo que é construído na mídia e que também é percebido socialmente como um comportamento reprovável.

136

Nos baseamos em algumas hipóteses para a condução deste trabalho: H1) As notícias sobre o governo implicaram na desaprovação do governo Dilma: comparamos as questões relativas as notícias sobre o governo, extraídas das pesquisas da SECOM e do Ibope, e relacionamos aos dados de avaliação de governo; H2) Quanto maior a percepção da corrupção, menor a confiança Em Dilma Rousseff: observamos a frequência das menções a Dilma Rousseff nas notícias sobre corrupção analisadas em relação às mudanças na confiança na ex-presidenta; H3) A percepção da corrupção no período da Lava Jato reduziu a confiança nas instituições políticas e nas empresas: consideramos a frequência do tema da corrupção nas revistas e a percepção da corrupção enquanto um problema nas pesquisas de opinião, e relacionamos aos dados de confiança nas instituições.

Procedemos com uma análise de conteúdo de quatro revistas semanais - Carta Capital, Época, Isto É e Veja (BARDIN, 1979; KRIPPENDORFF, 1980). Assumimos a construção de amostras aleatórias, considerando 30% das revistas, somando 186 edições analisadas. As peças jornalísticas selecionadas para análise foram codificadas com base em um livro de códigos pré-estabelecido no projeto

“Cobertura jornalística da corrupção política: uma perspectiva comparada”, com as adaptações necessárias ao cumprimento dos objetivos da presente pesquisa doutoral guardadas, entretanto, as ideias fundadoras utilizadas para identificar cenários, atores, instituições e casos de corrupção. As categorias que melhor se aplicam a esta pesquisa são: capa; notícias sobre corrupção; principais atores envolvidos; principais instituições envolvidas; principais ilícitos relacionados; implicações do caso para a sociedade; e menções ao governo.

Também relacionamos as pesquisas de opinião divulgadas entre março de 2014 e agosto de 2016, pela Secretaria de Comunicação da Presidência da República (SECOM), Datafolha, IBOPE e Latinobarômetro, com foco em questões referentes a: avaliação de governo, confiança em Dilma Rousseff, percepção da corrupção, notícias sobre o governo e confiança nas instituições.

Avaliação do governo Dilma Rousseff e a Lava Jato

Analisamos as revistas Carta Capital, Época, Isto É e Veja com o intuito geral de observar uma pequena amostra do que podemos chamar de um comportamento da imprensa na cobertura dos casos de corrupção, nomeadamente, a Lava Jato que se configura como um escândalo. Como proposto anteriormente, a mídia agenda e confere visibilidade a certos temas que circulam nos espaços de discussão pública.

As capas são a primeira impressão do leitor e, portanto, elas anunciam os destaques daquela edição. Nos interessou, portanto, perceber qual a dimensão da visibilidade que o tema da corrupção ocupou nesse espaço. Concluímos que 45,1% das capas cedeu lugar a chamadas sobre casos de corrupção (Tabela 1). O caso de corrupção de maior destaque foi o que se refere à Petrobras e sua visibilidade foi crescendo ao mesmo tempo em que as investigações avançavam e ganhavam destaque no debate público. Nos três anos que compõem nosso *corpus*, em 2015, a corrupção circulou com maior recorrência nas capas (48,6%). No decorrer desse ano, se desenvolveram 13 fases da Operação Lava Jato com a prisão de vários atores políticos e empresários.

Tabela 1 - Visibilidade do tema da corrupção nas capas das revistas

			Caso de corrupção na capa		Total
			sim	não	
Ano	2014	Contagem	34	41	75
		%	45,3%	54,7%	100,0%
	2015	Contagem	34	36	70
		%	48,6%	51,4%	100,0%
	2016	Contagem	16	25	41
		%	39,0%	61,0%	100,0%
Total		Contagem	84	102	186
		%	45,2%	54,8%	100,0%

Fonte: Autora (2017).

Também quantificamos a ocorrência de notícias relacionadas à corrupção e a análise revelou que do total de 186 edições, a corrupção esteve presente em 66,12% das notícias. Observando os resultados, o ano de 2016 surge com menos ocorrências, no entanto, o período de análise é menor que os demais anos, o que nos sugere que o tema da corrupção esteve tão ou mais presente quanto nos dois outros anos analisados.

138

Tabela 2 – Recorrência de notícias relacionadas a corrupção.

			Total
Ano	2014	Contagem	45
		%	24,19%
	2015	Contagem	49
		%	26,34%
	2016	Contagem	29
		%	15,59%
Total de ocorrências		Contagem	123
		%	100,0%
Total de edições		Contagem	186

Fonte: Baptista (2017).

Em relação a nossa primeira hipótese, de que quanto maior a circulação de notícias negativas sobre o governo maior também era sua desaprovação, encontramos uma relação significativa.

Tabela 3 – Correlação entre as variáveis: avaliação de governo e notícias negativas

Correlações			
		Avaliação de governo	Notícias negativas
Avaliação de governo	Correlação de Pearson		1
	Sig. (2 extremidades)		.000
	N	36	25
Notícias negativas	Correlação de Pearson	-.793**	1
	Sig. (2 extremidades)	.000	
	N	25	25

**A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades)

Fonte: Autora (2017).

Tabela 4 – Modelo de regressão simples para a relação entre a avaliação de governo e as notícias negativas

Modelo	B	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.	Intervalo de confiança 95.0% para B	
		Modelo padrão	Beta				Limite superior	Limite inferior
1	(Constante)	50.303	5.819		8.645	.000	38.266	62.340
	Notícias negativas	-.551	.088	-.793	-6.240	.000	-.733	-.368

a. Variável dependente: avaliação de governo

Fonte: Autora (2017).

Trata-se de uma regressão simples e podem existir outros parâmetros não observados, mas ainda que não seja uma oscilação muito expressiva, a relação mostra que o aumento das notícias negativas implica em redução da avaliação de governo.

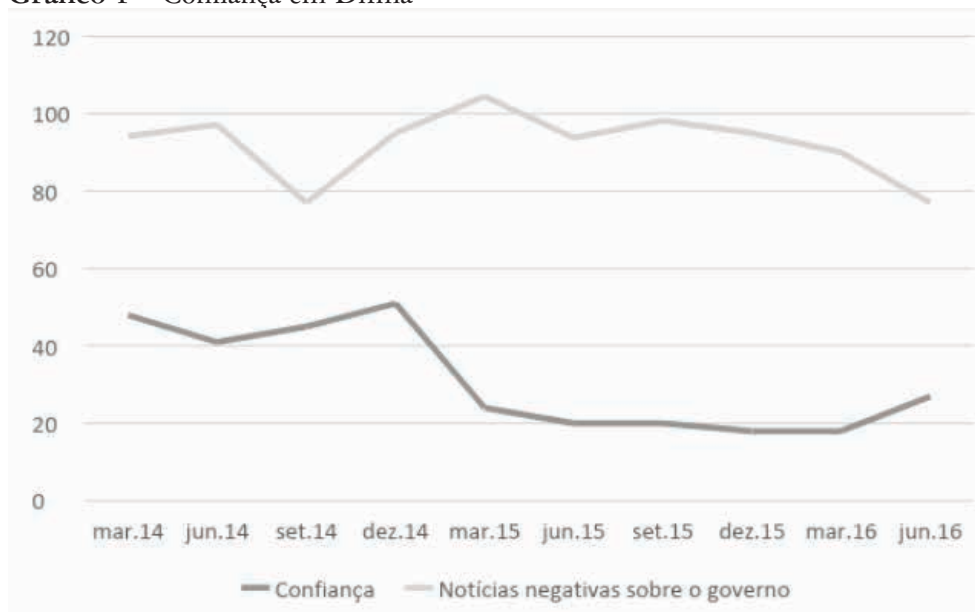
A segunda hipótese propõe que a confiança em Dilma tende a reduzir à medida em que aumenta a percepção da corrupção. A análise das revistas mostrou que a ex-presidenta foi relacionada nas notícias sobre corrupção em 27,4% das edições. De acordo com os anos, as menções seguiram assim:

Tabela 5 – Menções a Dilma Rousseff

Ano	%
2014	42,2
2015	34,6
2016	51,7

Fonte: Autora (2017).

Gráfico 1 – Confiança em Dilma



Fonte: SECOM. Ibope. Elaborado pela autora.

Se observarmos a confiança em Dilma Rousseff e as notícias negativas sobre o governo, as oscilações para menos da confiança encontram explicações no aumento das notícias negativas, ainda que se tenham alguns casos *outliers*. O mesmo não parece ocorrer com clareza quando comparamos com as menções a Dilma nas revistas. De todo modo, podemos dizer que o que é noticiado pela mídia pode influenciar na imagem do governante.

A terceira hipótese sugere que o aumento da percepção da corrupção implicou em queda na confiança nas instituições públicas e privadas, nomeadamente aquelas ligadas à política e as empresas.

No Brasil, a corrupção é um grave problema, em grande medida, por ser vista como inerente à nossa vida política e ela prejudica “a relação dos cidadãos de um Estado com a vida política em geral e não apenas com uma de suas instâncias mais facilmente identificáveis” (BIGNOTTO, 2006, p.83).

Em 2014, o caso da Lava Jato veio à tona, agravando uma situação de descrença na política e da desconfiança nas instituições. Interessante observar

que, a despeito do escândalo envolvendo a Petrobras, o Brasil segue o caminho da maioria dos países da América Latina e vem registrando baixos índices de confiança nas instituições políticas⁷.

Tabela 6 – Confiança nas instituições (%)

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Corpo de bombeiros	86	83	77	73	81	83	86
Igrejas	72	71	66	66	71	67	72
Polícia Federal						66	70
Forças armadas	72	71	64	62	63	65	68
Escolas públicas	55	55	47	56	57	56	63
Meios de comunicação	65	62	56	54	59	57	61
Bancos	57	56	48	50	49	50	59
Empresas	59	57	51	53	53	55	58
Polícia	55	54	48	48	50	52	57
Organizações da sociedade civil	59	57	49	51	53	52	56
Ministério público						54	54
Poder judiciário	49	53	46	48	46	46	48
Sindicatos	44	44	37	43	41	40	44
Sistema público de saúde	41	42	32	42	34	34	41
Governo da cidade onde mora	47	45	41	<u>42</u>	<u>33</u>	<u>32</u>	<u>38</u>
Eleições / Sistema Eleitoral	52	47	41	<u>43</u>	<u>33</u>	<u>37</u>	<u>35</u>
Governo Federal	53	53	41	<u>43</u>	<u>30</u>	<u>36</u>	<u>26</u>
Congresso Nacional	35	36	29	<u>35</u>	<u>22</u>	<u>22</u>	<u>18</u>
Partidos políticos	28	29	25	<u>30</u>	<u>17</u>	<u>18</u>	<u>17</u>
Presidente da República	60	63	42	<u>44</u>	<u>22</u>	<u>30</u>	<u>14</u>

Fonte: Ibope.

Os valores em destaque na tabela 6 mostram como os acontecimentos relacionados a corrupção implicaram em redução na confiança dos cidadãos. Também é válido observar que os cidadãos confiam mais nas empresas do que nos agentes e instituições políticas. E mesmo que os recentes escândalos de corrupção tenham agravado a desconfiança nos agentes públicos, sobretudo na figura presidencial, é interessante observar que as empresas foram poupadas, a despeito da estreita relação que o setor privado tem com os casos de corrupção, evidenciada na Lava Jato, comprovando apenas em parte nossa terceira hipótese. Nas revistas analisadas, as instituições privadas tiveram muitas menções (Tabela

⁷ Ver: Informe Latinobarómetro 2016.

7), no entanto, a atribuição de culpa ficou atrelada aos atores políticos. Isso nos mostra como o conceito da corrupção e o entendimento das práticas corruptas ainda é frágil ao entendimento dos cidadãos que, em grande parte, atribuem a ocorrência (e as consequências danosas) da corrupção somente ao setor público.

Tabela 7 – Instituições privadas

Empresa	Menções
Construtora OAS	15,0%
Construtora UTC	13,4%
Construtora Odebrecht	12,3%
Construtora Camargo Corrêa	11,8%
Construtora Andrade Gutierrez	8,0%
Construtora Queiroz Galvão	6,4%
Empreiteira Engevix	5,3%
Toyo Setal Empreendimentos	3,2%
MO Consultoria	2,6%
Mendes Júnior Engenharia	2,1%
SMP&B Comunicação	1,6%

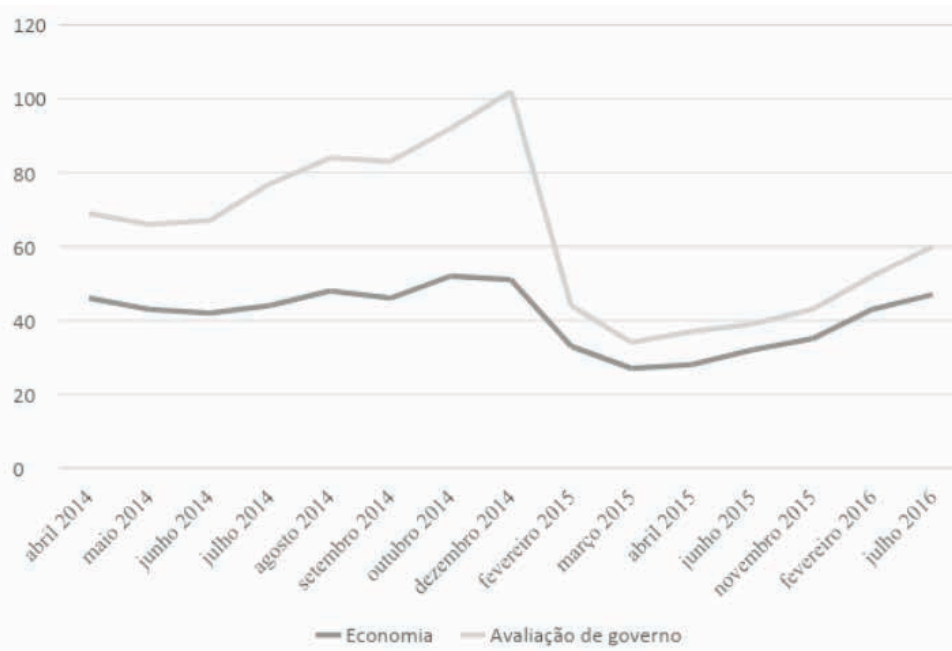
*As menções que registraram menos de 1% foram excluídas da tabela

**N=186.

Fonte: Autora (2017).

Analisar o impacto das variáveis econômicas na avaliação de governo, apesar de estar na agenda da maioria das pesquisas a esse respeito, não é nosso foco. Procuramos encontrar alguns pontos de variação da avaliação presidencial a partir das variáveis políticas. Assim sendo, optamos por tratar dessa relação como um questionamento que, de toda forma, nos auxilia a pensar nas mudanças na percepção que os cidadãos têm do desempenho do governo, em um contexto em que os escândalos movimentaram os debates públicos.

Observamos nas pesquisas de opinião as questões que avaliavam a percepção da situação econômica do país em comparação a aprovação do governo. No período analisado, as oscilações das avaliações de governo parecem seguir as mudanças no sentimento com relação a economia, de modo que, à medida em que a economia é avaliada como mais positiva a aprovação do governo aumenta. Uma análise mais profunda dessa relação deve ter em conta as variáveis econômicas de modo mais específico, o que fizemos aqui foi apenas uma observação superficial, mas, ainda assim, já é possível notar a relevância da economia.

Gráfico 2 - Percepção da economia versus Avaliação de governo (2014 - 2016).

Fonte: Datafolha. Ibope. SECOM. Elaborado pela autora.

Estudos suportam que se economia está em condições favoráveis o público tende a ser mais otimista com relação à política de modo geral. Ao contrário, em situações de economia desfavorável ou em crise, a política torna-se mais sensível às críticas dos cidadãos, sobretudo em relação a temas como a corrupção (CASAS; ROJAS, 2008). Assim, a literatura sugere que os graus de estabilidade econômica e democratização de um regime podem explicar, em alguma medida, a maior ou menor percepção da corrupção (DI JOHN, 2005; SELIGSON, 2006).

Com relação aos ilícitos, os resultados mostram que o crime com mais menções foi pagamento de propina (19,3%), seguido por lavagem de dinheiro (13,4%).

Tabela 8 – Ilícitos mencionados.

Ilícito mencionado	Menções
Pagamento de propina	19,3%
Lavagem de dinheiro	13,4%
Crimes da lei de licitações	6,9%
Corrupção ativa	5,9%
Financiamento ilegal de campanha	4,3%
Tráfico de influências	3,7%

*As explicações jurídicas sobre os ilícitos não constam nas notícias.

Fonte: Autora (2017).

Os ilícitos com mais menções foram os mais praticados em relação à Lava Jato e os que mais explicam a trama envolvida nesse caso, entre agentes públicos e privados.

Ainda que tenhamos encontrado alguma relação entre a percepção da corrupção, por meio da recorrência do tema nas revistas e nas notícias negativas das pesquisas de opinião, e a avaliação de governo, precisamos ter em mente que as variáveis políticas não respondem sozinhas pelas oscilações na aprovação do governo ou na confiança na figura presidencial. Mas ressaltamos a importância do contexto, já que em um cenário de escândalo, o tema da corrupção foi recorrente e, por consequência, as notícias produzidas a respeito do governo foram prioritariamente negativas, como as pesquisas de opinião evidenciaram.

Trabalharmos com variáveis pouco consideradas nesse tipo de pesquisa e acreditamos que as relações que encontramos nas hipóteses foram bastante significativas. Ademais, ainda que não tenhamos realizado uma análise completa, contemplando o uso de variáveis econômicas e políticas, podemos dizer que a economia faz o pano de fundo e acaba por determinar os índices de aprovação de um governo, de modo que acontecimentos como os escândalos de corrupção, mesmo causando indignação e movimentando a opinião pública, podem ser tolerados em função de uma boa saúde econômica do país (CASAS, ROJAS, 2008; DI JOHN, 2005; SELIGSON, 2006).

Considerações finais

A corrupção é um problema grave e atinge, em maior ou menor grau, economias em diferentes níveis de desenvolvimento e suas consequências podem ser danosas para a qualidade dos serviços, além de comprometer a estabilidade de um sistema político. Por envolver muitas questões, compreender a corrupção, seja do ponto de vista teórico ou prático, ainda é um assunto em aberto e está presente em muitas agendas de pesquisa.

Neste artigo apresentamos a relação possível entre a corrupção e a percepção do fenômeno, a mídia e a avaliação de governo. Talvez seja difícil falar especificamente em efeito quando se trata do envolvimento dessas esferas, porém, podemos observar impactos e associações. No Brasil, assim como se repete em muitos outros países, o tema da corrupção tem grande visibilidade nos meios de

comunicação e pode ter vários reflexos na opinião pública, e nos restringimos a trabalhar com os impactos na avaliação de governo.

Ainda que as variáveis econômicas sejam as mais tradicionais e as que apresentam impactos mais significativos nos estudos de avaliação de governo, outros indicadores também compõem as sondagens e contribuem para as oscilações. Nosso recorte de pesquisa é bastante emblemático por se tratar de dos primeiros anos do maior caso de corrupção investigado no Brasil e que, entre outros acontecimentos, o período ainda registra um *impeachment* presidencial. Assim, consideramos que as variáveis políticas, nomeadamente a variável escândalos e dramas políticos – sendo a Lava Jato o escândalo evidente –, poderiam ter um peso relevante nas mudanças na aprovação do governo. Consideramos, ainda, que a percepção da corrupção tem na mídia uma de suas condicionantes.

A partir dessas questões, procuramos entender um pouco da dinâmica da cobertura das revistas sobre a corrupção, detidamente entre os anos de 2014 e 2016, por ocasião do escândalo da Lava Jato e do impeachment da então presidenta Dilma Rousseff, e buscamos associações com a aprovação do governo.

Em termos descritivos, os dados mostraram que 45,1% das capas das revistas analisadas – Carta Capital, Época, Isto É e Veja – cederam lugar a chamadas sobre casos de corrupção. E a corrupção foi tema em 66,1% das notícias, em 186 edições presentes na análise.

A primeira hipótese propôs que quanto maior a circulação de notícias mais negativas sobre o governo maior também foi sua desaprovação e encontramos uma relação significativa. Reconhecemos nossas limitações, uma vez que tratamos aqui apenas das revistas, mas acreditamos que a inserção de outras mídias possa tornar ainda mais evidente essa relação.

Acreditamos que a medida em que aumentou a percepção da corrupção, a confiança em Dilma Rousseff reduziu, como descrevemos na hipótese 2. A análise das revistas mostrou que a ex-presidenta foi mencionada nas notícias sobre corrupção em 27,4% das edições. E à medida em que aumentavam as notícias negativas sobre o governo, a confiança em Dilma Rousseff reduziu.

Em um terceiro momento, propomos que o aumento da percepção da corrupção implicou em queda na confiança nas instituições públicas e privadas. Confirmamos em partes, pois a redução da confiança dos cidadãos foi mais expressiva entre as instituições relacionadas a política e menos em relação às empresas.

Por fim, observamos percepção da economia em relação a avaliação de governo. Por não ser nosso objetivo tratar das variáveis econômicas, tratamos dessa relação apenas de modo geral e, como esperado, a economia é relevante para os estudos da aprovação de governo. À medida em que o sentimento com relação a economia foi positivo, a avaliação de governo seguiu o mesmo caminho. A literatura suporta a premissa de que a situação econômica favorável condiciona o otimismo dos cidadãos com relação à política.

Nosso objetivo, portanto, foi estabelecer associações entre a percepção da corrupção e a mídia, e entre esse eixo e a avaliação de governo. Delimitamos esse trabalho aos anos de 2014 a 2016 e nos dedicamos às variáveis políticas, mas entendemos que todo o período que compreende as investigações do escândalo da Lava Jato, inserido em um contexto de crise política e econômica, pode ser significativo nos estudos que buscam interpretar as avaliações de governo.

Referências

- ALDÉ, Alessandra; VASCONCELLOS, Fábio. Ao vivo, de Brasília: escândalo político, oportunismo midiático e circulação de notícias. *Revista de Ciências Sociais* (Fortaleza), v. 39, 2008, p. 36-48.
- BAPTISTA, Érica Anita. *Corrupção e opinião pública: o escândalo da Lava Jato no governo Dilma Rousseff*. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-graduação em Ciência Política. Universidade Federal de Minas Gerais. 2017.
- BAPTISTA, Érica Anita. Internet e escândalos políticos: a corrupção e as eleições municipais de 2012. In: ALDÉ, A.; MARQUES, P. F. J. *Internet e poder local*. Salvador: Edufba, 2015.
- BAPTISTA, E. A.; FRAIHA, P. *Exposição e confiança nos meios de comunicação: efeitos sobre a percepção da corrupção*. In: 38º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu (Minas Gerais), Brasil, 2014.
- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1979.
- CASAS, Diana P. M.; ROJAS, Hernando. Percepciones de corrupción y confianza institucional. In: ROJAS, Hernando *et al.* *Comunicacion y cidadania*. Bogotá: Universidade de Externado, 2011.
- CHAIA, Vera L. M. *Escândalos políticos e eleições no Brasil*. VI Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VI COMPOLÍTICA), Rio de Janeiro, 22 a 24 de abril de 2015.
- CONTREIRAS, Patrícia; BAPTISTA, Erica Anita. Cobertura jornalística da Corrupção Política: o caso do Submarinos em 2010. IV Congresso Internacional de Comunicação Política e Estratégias de Campanha da ALICE, Belo Horizonte, Brasil, 2015.
- CUNHA, Isabel F. Visibilidade da cobertura jornalística da corrupção política e

indicadores de opinião pública. In: Cunha, I. F.; Serrano, E. *A cobertura jornalística da corrupção política: sistemas políticos, sistemas midiáticos e enquadramentos legais*. Lisboa: Alêtheia Editores, 2014.

DI JOHN, Jonathan. Economic liberalization, political instability, and state capacity in Venezuela. *International Political Science Review*, v. 26, n. 1, p. 107-124, 2005.

FILGUEIRAS, Fernando. *Corrupção, democracia e legitimidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

HEIDENHEIMER, Arnold.; JOHNSTON, Michael. *Political Corruption: Concepts and Contexts*. 3rd. Ed. New Brunswick, N.J.: Transaction Publishers, 2009.

HEIDENHEIMER, Arnold.; JOHNSTON, Michael; LEVINE, Victor. *Political Corruption*. New Brunswick, N.J.: Transaction Publishers, 1989.

HUSTED, Bryan W. Wealth, Culture, and Corruption. *Journal of International Business Studies*, Houndmills (Hampshire), v. 30, n. 2, p. 339-360, 1999.

JAIN, Arvind K. Corruption: A Review. *Journal of Economic Surveys*, v. 20, n. 4, p. 78- 96, 2001.

JOHNSTON, Michael. The New Corruption Rankings: Implications for Analysis and Reform. **World Congress of the International Political Science Association**, Quebec, Canada, 2001.

Krippendorff, Klaus. 2004. *Content analysis: An introduction to its methodology*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.

LAMBSDORFF, Johann G. Causes and consequences of corruption: what do we know from a cross-section of countries? In: ROSE-ACKERMAN, Susan. (Org.) *International Handbook on the Economics of Corruption*. Edward Elgar Publishing, 2006.

LIMA, Venício. *Mídia: crise política e poder no Brasil*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2006.

MCCOMBS, Maxwell; SHAW, Donald. The agenda setting function of mass media. **Public Opinion Quarterly**, University of Chicago Press, v. 36, n. 2, 1972.

MELGAR, Natalia; ROSSI, Maximo; SMITH, Tom. The perception of corruption in a cross-country perspective: Why are some individuals more perceptive than others? *Economia Aplicada*, v. 14, n. 2, p. 183-198, 2010

MESQUITA, Nuno C.; MOISÉS, José A.; RICO, Bruno. As diferentes dinâmicas da corrupção: mídia, percepção e instituições no contexto brasileiro. In: Cunha, Isabel F.; Serrano, Estrela. *A cobertura jornalística da corrupção política: sistemas políticos, sistemas midiáticos e enquadramentos legais*. Lisboa: Alêtheia Editores, 2014.

MIGUEL, Luiz Felipe; COUTINHO, Aline. A crise e suas fronteiras: oito meses

- de “mensalão” nos editoriais dos jornais. *Opinião Pública*, v.13, n.1, junho 2007.
- MOISÉS, José Álvaro. Corrupção política e democracia no Brasil contemporâneo. *Revista Latino - Americana de Opinión Pública: investigación social aplicada*, v. 1, n. 0, p. 103-124. 2010.
- NUNOMURA, Eduardo. *O mensalão impresso: o escândalo político-midiático do governo Lula nas páginas de Folha e Veja*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. 2012.
- PORTO, Mauro. Enquadramentos da mídia e política. In: *Comunicação e política: conceitos e abordagens*. Salvador: EDUFBA/Unesp, 2004. p.74-104.
- ROSE-ACKERMAN, Susan. *Corruption and Government*. New York: Cambridge University Press, 1999.
- SANCHÉZ, Fernando J. Posibilidades y límites del escándalo político como una forma de control social. *Reis*, n. 66, p. 7-36, 1994.
- SELIGSON, Mitchell A. The Impact of Corruption on Regime Legitimacy: A Comparative Study of Four Latin American Countries. *Journal of Politics*, v. 64, p. 408-433, 2002.
- TELLES, Helcimara; FRAIHA, Pedro; LOPES, Nayla. Meios de Comunicação, corrupção e redes sociais nas eleições para prefeito no Brasil. In: CUNHA, Isabel; SERRANO, Eestrela. *Cobertura jornalística da corrupção política: sistemas políticos, sistemas midiáticos e enquadramentos legais*. Lisboa: Alêtheia Editores, 2014. p.421-457.
- THOMPSON, John B. *O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- TREISMAN, Daniel. What have we learned about the causes of corruption from ten years of cross-national empirical research. *Annual Review of Political Science*, v. 10, p. 211-244, 2007.